



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

ATA DA REUNIÃO

Aos 19, 20 e 21 dias do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Salvador, Bahia, no auditório do Pestana Bahia Hotel, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos *Tribunais Regionais Eleitorais*, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada de acordo com as propostas das Presidências dos Regionais, como solicitado com antecedência, adiante especificadas.

Após o credenciamento dos participantes, foi instalada a sessão solene de abertura, convidando-se as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra: Desembargador Mário Alberto Simões Hirs, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Desembargador Walter de Almeida Guilherme, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Desembargador Kildare Carvalho, Secretário do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Dr. Manoel Vitorio da Silva Filho, Secretário de Administração do Estado, representando o Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner; Desembargadora Telma Britto, Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia; Dr. Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia; Juiz Josevando Sousa Andrade, Corregedor Regional Eleitoral da Bahia; Juiz Salomão Viana, membro do TRE-BA, representando a Diretora do Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, Dra. Cíntia Lopes; Dr. João Henrique de Barradas Carneiro, Prefeito da Cidade de Salvador; Vereador Paulo Magalhães, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Salvador.

Após a apresentação do Hino Nacional pelo Coral Institucional do TRE-BA, o Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, saudou os integrantes da mesa, autoridades e demais presentes. Destacou a importância dos encontros para o engrandecimento da democracia e para o aprimoramento da Justiça Eleitoral, pois deste emanam questões que serão encaminhadas às instâncias superiores. Por fim, declarou abertos os trabalhos do 53º Encontro do



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, passando a palavra ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e anfitrião do evento, Desembargador Mário Alberto Simões Hirs, que saudou e agradeceu a presença de todos os presidentes, autoridades, diretores e servidores, manifestando sua satisfação em sediar o Encontro.

Ato contínuo, os trabalhos foram suspensos e os presidentes convidados para a fotografia oficial do evento.

No primeiro painel, o Presidente do TRE-RS, Desembargador Luis Felipe Difini, discorreu sobre o tema "O horário de atendimento determinado pelo CNJ". Ressaltou que a Resolução nº 130 do CNJ fixou o horário mínimo de atendimento ao público nos órgãos jurisdicionais das 9 às 19 horas em todo o país. Posteriormente, a resolução foi editada no sentido de permitir a adoção de dois turnos de atendimento com intervalo para almoço. O Desembargador Difini destacou as várias peculiaridades da Justiça Eleitoral, como a sazonalidade no atendimento referente aos anos eleitorais e não eleitorais, as dificuldades quanto ao reduzido quadro de pessoal, além de ressaltar a questão do ponto de vista jurídico, pois a norma vai de encontro à autonomia administrativa dos tribunais reconhecida constitucionalmente. Sugeriu, portanto, que sejam feitas ingerências junto ao CNJ por meio do TSE, para que o horário fique a cargo de cada tribunal, respeitadas as suas peculiaridades. Em seguida, o Presidente do TRE-PI, Desembargador Raimundo Eufrásio, colocou-se de acordo com a proposta apresentada, momento em que levou ao conhecimento do Colégio ofício encaminhado ao Presidente do TSE, abordando os diversos aspectos que levam às dificuldades quanto à aplicação da determinação do CNJ, inclusive com implicações orçamentárias. Abordaram, também, a questão os Desembargadores-Presidentes do Amazonas, de Rondônia, Santa Catarina, Paraná, Acre, Rio Grande do Norte e Ceará. Foi relatado que o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil registrou na Carta de Salvador, em encontro realizado na capital baiana de 12 a 14 de maio 2011, preocupação com as intervenções do CNJ, atentatórias à autonomia dos tribunais estaduais, especialmente quanto à fixação do horário de funcionamento da Justiça. Pedindo a palavra, o Presidente do TRE-PE ressaltou a necessidade de melhor aparelhar a Justiça Eleitoral, para aprimorar os serviços prestados à



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

população, inclusive com a possível expansão do horário de atendimento. Em seguida, a Desembargadora Zelite Andrade (TRE-RO) informou a intenção da Associação dos Magistrados Brasileiros em ajuizar ação no STF questionando a inconstitucionalidade da referida resolução do CNJ. Ato contínuo, o Desembargador Walter Guilherme (TRE-SP) levou ao conhecimento do Colégio que a ADI mencionada já foi interposta no STF, momento em que, justificando a ausência do Presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski, comprometeu-se em reafirmar junto a este a preocupação quanto à questão. A partir desse debate, sugeriu-se, também, que o CNJ passasse a ter, entre os seus integrantes, uma representação da Justiça Eleitoral, para que sejam melhor compreendidas as peculiaridades da instituição.

Em seguida, foram apresentadas pelo Presidente do TRE-RS, Des. Difini, considerações a respeito do pedido encaminhado ao TSE pela AJUFE (Associação dos Juizes Federais) reivindicando que os juizes de primeira instância da Justiça Eleitoral sejam recrutados, prioritariamente, entre os magistrados federais. O Des. Difini informou, na oportunidade, que o TRE-RS enviou manifestação ao TSE para que fosse mantida a jurisdição eleitoral aos juizes estaduais, em consonância com a disposição contida na Constituição da República. Sugeriu que os demais Tribunais Regionais também se manifestassem pela manutenção. Retomando a palavra, o Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, sugeriu encaminhar novamente a questão ao TSE, reforçando-a, e suspendeu os debates para o intervalo de almoço. Retomando os trabalhos, foi dada a palavra ao Juiz de Direito da Vara Criminal do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, que deu início à palestra: “Uma visão do Direito Eleitoral no desenvolvimento sustentável”. Entre outros aspectos abordados, externou sua preocupação sobre o desvirtuamento da propaganda institucional, em detrimento de seu caráter educativo. Propôs que os Tribunais orientem os magistrados, em ano eleitoral, a oficial aos Chefes do Executivo para que informem o total de gastos havidos com publicidade institucional nos três anos que antecedem às eleições, de modo a garantir um controle mais eficaz por parte da Justiça Eleitoral, amparada na competência que lhe é atribuída pelo art. 73, VII, da Lei nº 9.504/97.



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Em seguida, o Desembargador Irajá Prestes Mattar, Presidente do TRE-PR, registrou sua preocupação quanto à necessidade da regulamentação do processamento do agravo de instrumento, em razão da alteração introduzida pela Lei nº 12.322/2010 e, ainda, quanto à cessão de urna a entidades por meio de uma parceria permanente, motivada a partir do pedido de empréstimo subscrito pelo CREA.

O Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, concedeu a palavra ao Coordenador-Geral do Sindjufe-BA (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal da Bahia), Rogério Fagundes, o qual, após breve explanação sobre a situação remuneratória dos servidores do Judiciário federal, solicitou apoio do Colégio para a imediata aprovação do PL nº 6.613/2009 (Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário Federal), em tramitação no Congresso Nacional desde o ano de 2009. À unanimidade, o Colégio decidiu pelo apoio à solicitação dos servidores, oficiando ao STF.

Usou da palavra o Desembargador José de Moura Filho, Presidente do TRE-TO, para reforçar o convite aos Presidentes da entrega da medalha do mérito judicial ao Ministro Lewandowski, no dia 3 de junho, em Palmas.

Em seguida, o Desembargador Rogério Arédio, Presidente do TRE-GO, ressaltou a necessidade de uma política de valorização da 1ª instância da Justiça Eleitoral. Ato contínuo, passou a palavra ao Diretor-Geral daquele Regional, Leonardo Hernandez Santos Soares, que abordou, entre outras questões: a necessidade de regulamentar, em âmbito nacional, as atividades desenvolvidas pelo oficial de justiça junto à Justiça Eleitoral; a equiparação da remuneração da função de chefia das zonas eleitorais; a autonomia quanto ao pagamento de suprimento de fundos pelos cartórios eleitorais; a ampliação da estrutura de pessoal de 1ª instância; a padronização das normas cartorárias; a regulamentação nacional do recesso de fim de ano; a extensão do vale-alimentação para os servidores estaduais e municipais requisitados pela Justiça Eleitoral. O Desembargador Walter Guilherme elogiou a exposição, sugerindo ao Colégio, que as propostas fossem devidamente acolhidas.

Foi dada palavra ao Desembargador Kildare Carvalho, Presidente do TRE-MG, que retratou o panorama do quadro funcional do Regional Mineiro quanto às restrições impostas pelo Acórdão nº 199/2011 do TCU, no que tange à



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

devolução dos servidores requisitados e cedidos da Justiça Eleitoral, e apresentou a Dra. Elizabeth Rezende, Diretora-Geral do TRE-MG, para expor sobre o assunto. Após explicitar os vários aspectos daquela decisão do TCU e da Resolução nº 88/2009 do CNJ, abordou a Resolução nº 846/2011 da Corte Mineira e o plano de ação da instituição adotados em respeito às normas emanadas do TCU, destacando, ainda, as consequências legais aos gestores quanto ao descumprimento das determinações do TCU. O Desembargador Walter Guilherme endossou com veemência a exposição do TRE-MG. Após intensos debates, o Colégio decidiu criar comissão para ir pessoalmente ao TSE e TCU, apresentando as ponderações discutidas no Encontro. Decidiu-se, também, que a comissão seria formada pelos Presidentes daqueles Tribunais que recorreram do acórdão do TCU, quais sejam: TRE-PA, TRE-SE, TRE-TO, TRE-RO, TRE-RS, TRE-RN, TRE-CE, TRE-PE, TRE-MA, TRE-BA, TRE-AC e TRE-RR, tendo como Coordenadora a Desembargadora Zelite Carneiro (TRE-RO).

Posteriormente, esta Desembargadora, Presidente do TRE-RO, abordou a questão relativa à remuneração de oficiais de justiça. Aquele Tribunal, por meio de resolução, entendeu que se deve utilizar a mesma tabela do Tribunal de Justiça, mas, segundo a Desembargadora, os valores são altos e extrapolam a dotação orçamentária. A questão ficou sobrestada para o próximo encontro.

No painel seguinte, o Presidente do TRE-AC, Desembargador Pedro Ranzi, expôs o tema "Suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal e a impossibilidade do exercício de mandato eletivo". Para melhor racionalização dos trabalhos, a última exposição prevista para o dia foi remarcada para o dia seguinte.

Retomando a pauta no segundo dia de reunião, após reabrir as atividades, o Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, passou a palavra ao Juiz Federal Salomão Viana, para exposição do tema: "Pode uma questão preliminar integrar o exame de mérito?". O palestrante ressaltou a importância dos debates do Colégio para o aprimoramento jurídico e apontou questionamentos relativos ao processo civil. Tratou das questões preliminares e do exame do mérito, no sentido de evitar que o Poder Judiciário julgue a mesma demanda de formas distintas, e da necessidade de o juiz sempre estar presente e atualizado para exercer a justiça. Ao término de sua explanação, houve



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

inúmeras manifestações dos Presidentes.

Após breve intervalo, foi dada a palavra à Assessora de Planejamento, Estratégia e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Ana Lúcia Estevez Amoedo, para exposição do tema: “Boas práticas do TRE/BA”. A palestrante abordou 3 dos projetos desenvolvidos pelo Regional Baiano, vinculados ao fortalecimento do acesso ao sistema de justiça e ao exercício da cidadania. O primeiro projeto apresentado foi o “Menor Cidadão”, que visa à capacitação pessoal e profissional dos jovens de escola pública, lotando-os nos cartórios eleitorais da capital para auxiliar nas atividades pertinentes. “O TRE perto de você” foi o segundo projeto demonstrado. Visa aproximar a Justiça Eleitoral da comunidade, em especial da mais carente, deslocando o atendimento do cartório eleitoral a uma escola pública mais próxima da população e isentando o pagamento de eventual multa eleitoral. O último projeto demonstrado, “Mesário Voluntário”, tem como escopo a formação de convênios entre a Justiça Eleitoral Baiana e diversas instituições, principalmente universitárias, para intensificar a participação de estudantes, servidores e empregados na prestação de serviços como mesário nas eleições. O Des. Walter Guilherme ressaltou a necessidade de se estimular o exercício da cidadania desde cedo.

A Desembargadora Zelite Carneiro, Presidente do TRE-RO, pediu a palavra e abordou a questão relativa à gratificação eleitoral dos Presidentes, solicitando que os Regionais que ainda não o fizeram encaminhem resposta ao CNJ para agilizar a resposta sobre a questão.

À tarde, seguiu-se a exposição do tema: “A experiência do cadastramento biométrico em 2011”, pelos Tribunais Regionais Eleitorais participantes do projeto (TRE-AL, TRE-GO, TRE-PR, TRE-PE, TRE-SP, TRE-SE).

O Des. Irajá Mattar, Presidente do TRE-PR, iniciou a exposição da questão, abordando o trabalho de alistamento eleitoral realizado por aquele Regional, enfatizando o agendamento realizado pela internet. Dada a palavra ao Diretor-Geral do TRE-PR, Dr. Ivan Gradowski, apresentou os procedimentos adotados por aquele Tribunal para dinamizar e aprimorar o atendimento ao eleitor. Em seguida, o Presidente do TRE-GO, Desembargador Rogério Ferreira, explicitou o trabalho realizado naquele Estado sobre a implantação da biometria. Ato contínuo, o Diretor-Geral do TRE-GO, Dr. Leonardo Hernandez, expôs as



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas para atingir a meta determinada pelo TSE. Posteriormente, o Presidente do TRE-AL, Desembargador Orlando Monteiro, discorreu sobre a situação enfrentada pelo Estado no cadastramento biométrico, notadamente em relação à quantidade de kits enviados pelo TSE. Solicitou que os Presidentes dos Regionais envolvidos no projeto enviem as experiências ocorridas nos procedimentos relativos à biometria. O Desembargador Irajá Mattar, Presidente do TRE-PR, informou, na oportunidade, que é de seu conhecimento que a Caixa Econômica Federal está fazendo parceria com o TSE no sentido de patrocinar a aquisição dos kits necessários ao cadastramento realizado nos Estados do Norte e Nordeste. A Presidente do TRE-SE, Desembargadora Suzana Oliveira, ressaltou a importância da biometria para a afirmação da Justiça Eleitoral como exemplo mundial. Dada a palavra à Diretora-Geral do TRE-SE, Dra. Maria Conceição de Vasconcelos, foram expostas, também, as dificuldades, bem como a logística planejada para a concretização do projeto, desde a conscientização dos envolvidos até a realização de convênio com o Tribunal de Justiça para estender o atendimento relativo ao cadastramento.

Após um breve intervalo, o Presidente do TRE-PE, Desembargador Ricardo Barreto, registrou a experiência do Estado na coleta dos dados biométricos. Informou que é feita uma audiência pública na abertura dos trabalhos em cada município, explicitando aos servidores e demais envolvidos os procedimentos afetos ao cadastramento. Levantou a necessidade de divulgar a cultura da nova tecnologia para mais comunidades e de intensificar a atuação das Assessorias de Comunicação dos Regionais na propagação das informações referentes ao projeto. Por sua vez, o Presidente do TRE-SP, Desembargador Walter Guilherme, afirmou que o cadastramento em São Paulo também enfrenta dificuldades. Não dispõe da infraestrutura suficiente para prestar atendimento necessário ao eleitor, há limitação orçamentária, restrição na requisição de servidores, necessidade de contar com o apoio das Prefeituras, dentre outros. Passada a palavra à Desembargadora Zelite Carneiro (TRE-RO), afirmou que no Estado foram mobilizadas diversas instituições da sociedade, da imprensa e dos governos para intensificar a coleta biométrica. Ressaltou que o projeto foi muito bem acolhido e tem dado bons resultados.



53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Finalizando o encontro, o Desembargador Pedro Ranzi, Presidente do TRE-AC, discorreu sobre o tema “A inconstitucionalidade da exigência de funcionamento parlamentar para o exercício do direito de propaganda partidária”. Registrou a necessidade da reforma política e partidária, principalmente no que tange ao acesso mínimo de todos os partidos políticos à divulgação de seu programa ideológico. Defendeu a igualdade de chances entre as agremiações. Informou que o TRE-AC entendeu que a exigência de desempenho eleitoral mínimo ofende o direito constitucional expresso de igualdade; mesmo sem representação, o partido político teria direito às inserções. O Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, destacou a fragilidade pela qual passam as agremiações partidárias.

Não havendo mais temas a tratar, o Presidente declarou encerrado o 53º Encontro do Colégio de Presidentes, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE SALVADOR.

A presente ata foi elaborada por mim, Desembargador KILDARE CARVALHO, Secretário, que mandei digitar, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada pelos membros que integram o corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral.

Salvador-BA, 21 de maio de 2011.

Desembargador WALTER DE ALMEIDA GUILHERME

Presidente do TRE-SP e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais
Regionais Eleitorais

Desembargadora ZELITE ANDRADE CARNEIRO

Presidente do TRE-RO e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes

Desembargador KILDARE CARVALHO

Presidente do TRE-MG e Secretário do Colégio de Presidentes